

**Adriana Lucinda de Oliveira**

Organizadora

O processo de assessoria ao  
Conselho da Comunidade da  
Comarca de Matinhos-PR:  
relatos de vivências extensionistas

**Adriana Lucinda de Oliveira**  
Organizadora

**O processo de assessoria ao Conselho da  
Comunidade da Comarca de Matinhos-PR:  
relatos de vivências extensionistas**



Pantanal Editora

2024

Copyright© Pantanal Editora

**Editor Chefe:** Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

**Editores Executivos:** Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

**Diagramação:** A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

### Conselho Editorial

#### Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
Prof. MSc. Adriana Flávia Neu  
Prof. Dra. Allys Ferrer Dubois  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior  
Prof. MSc. Aris Verdecia Peña  
Prof. Arisleidis Chapman Verdecia  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva  
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo  
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu  
Prof. Dr. Carlos Nick  
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos  
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva  
Prof. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos  
Prof. MSc. David Chacon Alvarez  
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira  
Prof. Dra. Denise Silva Nogueira  
Prof. Dra. Dennyura Oliveira Galvão  
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins  
Prof. Dr. Fábio Steiner  
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza  
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez  
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles  
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira  
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto  
Prof. MSc. João Camilo Sevilla  
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales  
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski  
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira  
Prof. Dr. Luciano Façanha Marques  
Prof. Dra. Keyla Christina Almeida Portela  
Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez  
Prof. MSc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann  
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior  
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos  
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla  
Prof. MSc. Mary Jose Almeida Pereira  
Prof. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes  
Prof. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira  
Prof. Dra. Patrícia Maurer  
Prof. Dra. Queila Pahim da Silva  
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty  
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke  
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva  
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes  
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)  
Prof. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos  
MSc. Tayronne de Almeida Rodrigues  
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca  
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira  
Prof. Dra. Yilan Fung Boix  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

#### Instituição

OAB/PB  
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã  
UO (Cuba)  
IF SUDESTE MG  
Facultad de Medicina (Cuba)  
ISCM (Cuba)  
UFESSPA  
UEA  
UNEMAT  
UFV  
AJES  
UFGD  
UEMS  
IFPA  
UNICENTRO  
IFMT  
UFMG  
URCA  
ISEPAM-FAETEC  
IFG  
UEMS  
UFF  
(Colômbia)  
UNAM (Peru)  
IFRR  
UCG (México)  
Rede Municipal de Niterói (RJ)  
UNMSM (Peru)  
UFMT  
SED Mato Grosso do Sul  
UEMA  
IFPR  
Tec-NM (México)  
Consultório em Santa Maria  
UFJF  
UEG  
FAQ  
UNAM (Peru)  
SEDUC/PA  
IFB  
IFPA  
UNIPAMPA  
IFB  
UO (Cuba)  
UFMS  
UFPI  
UFG  
UEMA  
IFB  
UFPI  
FURG  
UO (Cuba)  
UFT

Conselho Técnico Científico  
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior  
- Esp. Maurício Amormino Júnior  
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

**Catalogação na publicação**  
**Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

P963

O processo de assessoria ao Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos-PR: relatos de vivências extensionistas / Organização de Adriana Lucinda de Oliveira. – Nova Xavantina-MT: Pantanal, 2024. 76p.

Livro em PDF

ISBN 978-65-85756-29-7

DOI <https://doi.org/10.46420/9786585756297>

1. Direitos humanos. 2. Execução penal. I. Oliveira, Adriana Lucinda de (Organizadora). II. Título.

CDD 341.481

Índice para catálogo sistemático

I. Direitos humanos



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

**Pantanal Editora**

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.  
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.  
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).  
<https://www.editorapantanal.com.br>  
[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)

## **Apresentação**

A tríade ensino, pesquisa e extensão tão almejada nas Universidades tem sido um desafio constante no Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal, coordenado pela Profa. Dra. Adriana Lucinda de Oliveira e Prof. Dr. José Lannes de Melo da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral. O Programa de Extensão compreende um processo de assessoria ao Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos que consiste no acompanhamento social das pessoas atendidas por esse órgão da execução penal, monitoramento dos processos jurídicos, captação de recursos, desenvolvimento de ações de divulgação, debate e popularização do direito ao acesso à justiça de forma ampliada.

Diante disso, o presente e-book está organizado em cinco capítulos que buscam sistematizar a experiência nessas diferentes frentes de atuação.

O primeiro capítulo aborda o programa de forma ampla, trazendo alguns elementos da trajetória percorrida. Na sequência, um capítulo que trata do processo de capacitação de um grupo de pessoas acompanhadas pelo Conselho da Comunidade. O terceiro capítulo relata a experiência de estudantes do curso de direito no monitoramento e análise de processos penais nos quais os acusados e/ou familiares foram atendidos pelo Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos-PR.

O quarto capítulo relata a experiência de estudantes do curso de Serviço Social na realização de uma série de atividades planejadas em rede para o enfrentamento à violência doméstica no município de Matinhos. Concluímos com um capítulo advindo da dissertação de mestrado produzida a partir de uma pesquisa-ação no programa de extensão que consistiu em uma análise de 1069 processos no período pandêmico, envolvendo pessoas presas em flagrante, presas provisoriamente, em cumprimento de pena e egressas do regime fechado, todas oriundas do município de Matinhos e litoral do Paraná.

As experiências reiteram a importância da extensão e do papel social da Universidade no debate sobre a política de execução penal e na defesa intransigente dos direitos humanos.

Profa. Dra. Adriana Lucinda de Oliveira

## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	4
<b>CAPÍTULO I</b> .....	6
A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA POLÍTICA DE EXECUÇÃO PENAL: A EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA AO CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE MATINHOS .....	6
<b>CAPÍTULO II</b> .....	12
O CONSELHO DA COMUNIDADE DE MATINHOS E A CAPACITAÇÃO DE VULNERÁVEIS.....	12
<b>CAPÍTULO III</b> .....	31
A EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES DO CURSO DE DIREITO DA UFPR NO PROGRAMA DE EXTENSÃO - CONSELHO DA COMUNIDADE NA POLÍTICA DE EXECUÇÃO PENAL .....	31
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	44
AÇÕES DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NA COMARCA DE MATINHOS – PROJETO PAZ NO LAR .....	44
<b>CAPÍTULO V</b> .....	55
MONITORAMENTO E ANÁLISE DE PROCESSOS JUDICIAIS, ENVOLVENDO PESSOAS EM CONFLITO COM A LEI ORIUNDAS DE MATINHOS/PR .....	55
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	72
<b>SOBRE A ORGANIZADORA E OS(AS) AUTORES(AS)</b> .....	72

# A extensão universitária na política de execução penal: a experiência de assessoria ao conselho da comunidade da comarca de matinhos

 10.46420/9786585756297cap1

Adriana Lucinda de Oliveira 

## INTRODUÇÃO

O trabalho de assessoria ao Conselho da Comunidade de Matinhos completou 5 anos e tem sido importante espaço de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A política de execução penal é pouco debatida no espaço da academia, com exceção do curso de direito. As ações do programa de extensão têm proporcionado uma maior visibilidade e problematização de questões afetas a essa política, como a criminalização da pobreza, o encarceramento em massa, a seletividade penal e o combate à naturalização da violência. O programa tem como objetivos estabelecer uma dinâmica de assessoria ao Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos no acompanhamento social e orientação jurídica às pessoas em conflito com a lei oriundas de Matinhos nos regimes aberto e fechado, bem como visibilizar e fortalecer a atuação do Conselho da Comunidade, como espaço de participação da sociedade civil na política de execução penal. A participação de estudantes e professores dos cursos de Serviço Social, Gestão e Empreendedorismo, Administração Pública, Direito, Mestrado em Direito, Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável e Pós-graduação em Questão Social explicita a riqueza da interdisciplinaridade, da articulação da graduação com a pós-graduação e o papel social da Universidade. O Programa é também campo de estágio e de pesquisa, materializando a tríade pesquisa, ensino e extensão, a partir do compromisso com os sujeitos em cumprimento de pena nos regimes aberto e fechado, bem como seus familiares.

No ano de 2022, o Conselho da Comunidade de Matinhos acompanhou o cumprimento de pena em regime aberto de cerca de 350 pessoas, bem como monitorou e analisou uma média de 400 processos judiciais de pessoas em prisão preventiva, regime fechado, aberto ou harmonizado. As características dessa população reiteram a marca da seletividade penal e da criminalização da pobreza, pois são a maioria homens na faixa etária produtiva, com baixa escolaridade, experiência laboral residual e negros.

## **CAMINHO METODOLÓGICO**

Uma das estratégias metodológicas no processo de assessoria foi contribuir na elaboração de projetos de captação de recursos, posto que o Conselho da Comunidade de Matinhos é uma associação civil sem fins lucrativos, composto por voluntários, sendo que sua única fonte de recursos no momento são as parcas penas pecuniárias, que muitas vezes não são pagas pelos apenados em virtude de sua vulnerabilidade econômica. Desta forma, no ano de 2022, foi executado um projeto com financiamento da Fundação Banco do Brasil, que previu a promoção de cursos de qualificação profissional nas áreas de panificação e elétrica predial para as pessoas acompanhadas pelo Conselho e seus familiares. Os cursos foram realizados através de convênio com o SENAI e SENAC. O curso de Instalações de Elétrica Predial correu em uma sala cedida pelo Setor Litoral da UFPR. Foram realizados dois cursos de Panificação na cozinha escola do SENAC. A mobilização de recursos para a capacitação profissional constituiu-se em estratégia de ampliar as possibilidades de retomada ao mundo do trabalho.

Outra frente foi a parceria com a Associação Vila Nova para a oferta de cursos de preparação para a realização das provas do ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos), na perspectiva de retomada da vida educacional. Considerando as dificuldades de inserção no mundo do trabalho, foi ofertado ainda um curso de empreendedorismo, abordando as opções do Microempreendedor Individual, bem como análise de mercado, elaboração de preços, análise de custos. Os cursos foram acompanhados pelas bolsistas do Programa de Extensão e pela diretoria do Conselho da Comunidade, objetivando estabelecer uma dinâmica de avaliação de processo, identificar a adesão, enfrentar a evasão e analisar a metodologia e didática, considerando que a maioria dos participantes estavam há muito tempo longe de uma rotina de estudos.

Foram executados também outros dois editais, quais sejam: Edital De Fomento para Atividades de Promoção da Inclusão e Direitos Sociais do Programa Universidade Sem Fronteiras por meio da Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), que possibilitou o pagamento de bolsas para estudantes de graduação e pós-graduação, garantindo condições objetivas para a execução de todas as atividades extensionistas planejadas; e Edital PROEC de Fortalecimento da Extensão, que financiou a produção de nove vídeos orientativos e de divulgação.

A partir da execução desses projetos aprovados nos referidos editais foi possível também a promoção de uma série de ações de enfrentamento à violência contra a mulher realizadas em parceria com outras instituições (Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos, Associação de Moradores da Vila Nova, Delegacia Cidadã de Matinhos, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres) – PAZ no LAR. Entre as ações: roda de conversa, palestras, panfletagem, popularização de vídeos curtos sobre a temática através das redes sociais. Todas essas atividades estiveram alinhadas ao cronograma do Conselho Nacional de Justiça afetos à Semana da Justiça pela Paz em Casa. Foram realizadas duas visitas às unidades de detenção (progressão) em Piraquara visando a intensificação na

O processo de assessoria ao Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos-PR: relatos de vivências extensionistas  
mediação do contato com os familiares, na perspectiva de fortalecimento ou retomada de vínculo familiar, construindo condições objetivas de acolhimento no momento de saída do cárcere.

No cotidiano das atividades do Conselho da Comunidade buscou-se estabelecer uma dinâmica de acompanhamento social das pessoas encaminhadas pelo Juiz da Execução Penal; monitoramento dos processos penais das pessoas oriundas de Matinhos em prisão provisória ou em cumprimento de pena (regime aberto, semi-aberto ou fechado), via acesso ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) e ao Processo Judicial digital (PROJUDI); orientações e petições via Defensoria Pública, sempre que possível; contato com os familiares das pessoas em privação de liberdade, com vistas a orientar o acesso a visitas, envio de sacolas, restabelecimento de vínculos, acesso à qualificação.

Com o propósito de discutir o papel da sociedade civil na política de execução penal e ampliar as oportunidades de acesso ao trabalho e qualificação técnica, o Conselho da Comunidade organizou uma reunião entre Associação Comercial e Empresarial de Matinhos, SENAC, SENAI, Prefeitura de Matinhos, Polícia Civil e Militar.

Ocorreu ainda o encontro com os Conselhos da Comunidade do Litoral do Paraná, na perspectiva de fortalecer esse importante espaço de debate e participação na política de execução penal

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Notadamente, os cursos de capacitação, além de gerarem conhecimentos e habilidades técnicas, propiciaram o estreitamento social, a criação de uma rede social de partilhamento não só da questão técnica, mas também das relações pessoais, com o que a auto-estima pessoal foi acrescida. Os depoimentos das pessoas que participaram dos cursos reiteram a importância do acesso a oportunidades no processo de retomada à vida laboral, familiar, comunitária e educacional. Nesse sentido, a promoção dos direitos humanos vai aos poucos sendo reconstruída, ao passo que o conflito com a lei e principalmente o encarceramento, dada as condições das instituições da execução penal, na maioria das vezes não garante o mínimo de dignidade às pessoas humana. Da mesma forma, considerando o perfil sócio econômico das pessoas em cumprimento de pena (pobres financeiramente, em idade laboral, com baixa escolaridade e experiência laborais residuais), o acesso à justiça de forma ampliada tem sido uma meta do projeto, compreendendo que este perpassa todas as outras discussões, haja vista que as limitações à sua concretização são mediadas pela seletividade e pela criminalização da pobreza.

Apesar do conceito liberal de igualdade ante a lei estar fortemente enraizado na sociedade, a profunda seletividade que percorre as diferenças desde o acesso, passando pela aplicação, e chegando à instância da execução penal, permite-nos desmistificar a idéia burguesa de serem “todos iguais” perante a lei (Kilduff, 2009, p.58).

Ao problematizarmos o direito ao acesso à justiça, recorreremos à concepção defendida no “Projeto Florença” por Mauro Cappelletti e Bryant Garth, que propõem um ampla abordagem do acesso à justiça, na qual inclui todas as formas de atuação do Estado através da construção efetiva de políticas públicas à

O processo de assessoria ao Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos-PR: relatos de vivências extensionistas  
luz do Estado Democrático de Direito, de modo que as mesmas se tornem instrumentos de proteção e garantia dos direitos fundamentais no âmbito dos diversos modelos de família que permeia a sociedade brasileira. Nessa perspectiva, “o acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental — o mais básico dos direitos humanos — de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos” (Cappelletti & Garth, 2002, p.5).

O processo da execução penal é complexo e permeado de muita desconfiança, controle, “repunição”, discriminação, preconceito. As pessoas acompanhadas pelo Conselho da Comunidade carregam consigo o estigma do delito, como se esse rótulo as definisse por completo. Romper essa barreira e construir laços de responsabilização, engajamento e compromisso, demanda a tessitura de uma relação de respeito, de resgate da dignidade, de acreditar que os sujeitos podem (re)construir suas histórias sobre outros patamares. Todavia, um dos grandes empecilhos para que essa dinâmica se estabeleça é a lógica da imediatividade, a urgência da vida, a ausência de uma rotina diária de trabalho encetada pela informalidade, pela baixa escolaridade, por serem conhecidos como pessoas “suspeitas”, por muitas vezes também não acreditarem em si mesmas. Nesse sentido, há que acreditar na processualidade da interação dialógica como princípio estruturante do programa, sendo o diálogo com os sujeitos envolvidos, mediação necessária para a construção do conhecimento, pautado na criticidade e na ética, com vistas a contribuir com o processo pedagógico e formativo, tantos dos estudantes quanto com a população envolvida nas ações.

A interação dialógica orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais (Angelotti, 2018, p. 133).

É através do diálogo e da escuta qualificada que os vínculos vão sendo tecidos, a confiança estabelecida e o Conselho da Comunidade vai se configurando em espaço de retaguarda e apoio na retomada da vida laboral, educacional, familiar e social e principalmente no enfrentamento a reincidência criminal.

Destacamos também o trabalho de acolhimento e orientação aos familiares das pessoas acompanhadas pelo Conselho. A construção de parcerias e a tessitura de uma rede socioinstitucional apresenta-se como uma alternativa coletiva de enfrentamento à reincidência, bem como a busca pela ruptura do ciclo de pobreza, violência e criminalidade junto aos familiares, por meio de ações de prevenção, estímulo ao retorno aos estudos, bem como o acesso à qualificação profissional.

As ações relacionadas ao debate e combate à violência contra a mulher, possibilitou a politização dessa temática, a participação da comunidade e a popularização das informações e da rede de atendimento à mulher vítima de violência no município de Matinhos.

A oportunidade de financiamento da produção dos vídeos contribuiu sobremaneira para a visibilidade do Conselho da Comunidade, seu papel e a necessidade do trabalho articulado em rede. Foram produzidos 5 vídeos longos e 4 vídeos curtos abordando:

I. O papel social da UFPR Setor Litoral - [https://youtu.be/aTBj3zm\\_514](https://youtu.be/aTBj3zm_514)

II. O que é o Conselho da Comunidade - [https://youtu.be/tog\\_5xcNQmQ](https://youtu.be/tog_5xcNQmQ)

III. O Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal – UFPR Setor Litoral - <https://youtu.be/6-1u-Qpo9eY>

IV. Enfrentamento a violência contra a mulher em Matinhos - <https://youtu.be/BMmn99IWkRw>

V. Capacitação técnica profissionalizante e a retomada aos estudos - <https://youtu.be/ciDNfPDr7a0>

VI. O que é o Conselho da Comunidade – <https://youtu.be/pz9-irj5ZNg>

VII. O que é a Medida Protetiva – <https://youtu.be/cV-tRVY5DWk>

VIII. Você conhece a Casa da Mulher Matinhense – <https://youtube.com/shorts/Fep3uF8CbQQ?feature=share>

IX. As ações da Associação de Moradores do Vila Nova – [https://youtu.be/Z\\_aBd1jQkBY](https://youtu.be/Z_aBd1jQkBY)

Os vídeos curtos foram veiculados via whatsapp, instagram e os mais longos no facebook. Destacamos o vídeo sobre o papel social da UFPR Setor Litoral, reiterando a tríade ensino, pesquisa e extensão. Essa articulação reitera valores como compromisso social, atitude investigativa e ética no processo de formação dos nossos estudantes, onde a teoria permite a compreensão da realidade, fundamentando a prática acadêmica e, conseqüentemente, realizando ações que beneficiam a sociedade e os indivíduos envolvidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indissolúvel atividade acadêmica de ensino, pesquisa e extensão que sustenta o Programa “Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal” é uma possibilidade concreta. Partindo de uma demanda social objetiva, a necessidade de reinserção ao convívio familiar e ao mundo do trabalho da população apenada em regime aberto, permite um alargamento do horizonte de estudos de todos os membros do programa de extensão, um processo educativo e interdisciplinar envolvendo diversas áreas de saber para conseguir uma compreensão mais global do problema em questão, qual seja, a existência de uma condição estrutural de controle de sujeitos “desviantes”, frutos de uma sociedade desigual e excludente, criadora de um círculo vicioso de pobreza, da violência e da criminalidade, que reverbera na necessidade do fortalecimento da defesa intransigente dos Direitos Humanos, tanto da população em conflito com a lei, quanto das pessoas envolvidas em situação de violência doméstica. A ação extensionista fundamentada no ensino e na pesquisa reitera o papel social da Universidade com o seu entorno, principalmente com a população historicamente excluída do acesso aos direitos, definida

O processo de assessoria ao Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos-PR: relatos de vivências extensionistas estruturalmente por seus marcadores identitários de raça, gênero e classe social. Nessa perspectiva, enfatiza-se o compromisso social, político e ético da formação universitária que tem a realidade social como principal interlocutora, demandatária e parceira das diferenciadas expressões da questão social na contemporaneidade. O programa de extensão em curso tem buscado reforçar os laços de solidariedade e coloca o “apenado” e aquele que cumpre medidas cautelares como sujeito de direitos e não somente como pessoa em conflito com a lei, conferindo-lhe dignidade e cidadania. A escuta das pessoas, a orientação, o acesso à assistência jurídica e social tem possibilitado uma retaguarda tanto às pessoas envolvidas nos diferenciados delitos, quanto às suas famílias. Esse processo tem gerado uma reflexão constante junto aos estudantes, enfatizando uma formação comprometida social, política e eticamente com a realidade da população alijada historicamente do acesso aos direitos humanos. Os resultados apontam para a potência da articulação em rede, intersetorial e interdisciplinar, bem como a importância da presença da Universidade, como catalisadora e produtora de conhecimento à serviço da sociedade e com os atores sociais. A maior visibilidade do Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos constitui-se em uma importante conquista, a ponto que no momento a referida associação civil é referência no estado do Paraná.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Angelotti, R. (2023). Contribuições da extensão universitária para o ecodesenvolvimento: o caso do setor Litoral da UFPR. 2018. 1 recurso online *Tese (doutorado)* - Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Defesa: Curitiba, 06/08/2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/58563>.
- Cappelletti, M., & Garth, B. (2002). *Acesso à Justiça*. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris.
- Kilduff, F. (2010). O controle da pobreza operado através do sistema penal. *Katálisis*. 13(2), 240-249. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/6hQGPZ5GczQCzSM5MZb4C/?lang=pt>. Acesso em 07/agosto/2023.

## Índice Remissivo

### C

Conselho da Comunidade, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 18, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 50, 55, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69  
cumprimento de pena, 6, 8, 26, 31, 55, 60

### D

Direitos Humanos, 10, 31, 45

### E

Execução Penal, 8, 10, 31, 32, 33, 34, 35, 44, 64, 65

### M

Matinhos, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 22, 24, 25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 48, 49, 50, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 65, 66, 67, 69  
Mulheres, 7, 46

## Sobre a organizadora e os(as) autores(as)



 **Adriana Lucinda de Oliveira**

Assistente Social, graduada em Serviço Social (1993) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre (2002) em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional de Blumenau (FURB), Mestre em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora (2015) em Políticas Públicas na Universidade Federal do Paraná. É Professora Adjunta do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Paraná e Coordenadora do Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal. Contato: (41)998195073, e-mail: [adriana17@ufpr.br](mailto:adriana17@ufpr.br).



 **José Lannes**

Economista, graduado em Ciências Econômicas (1983) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutor em Economia Aplicada (2002) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Pós-doutor em História Econômica/História de Empresas (2006) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-doutor em História de Empresas (2017) pela Universidad de Alicante (UA), na Espanha. Professor Associado da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Vice-Coordenador do Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal Atualmente, possui 4 artigos em periódicos, 11 capítulos de livros e 11 artigos publicados em anais de congressos. Revisor de oito revistas nacionais e estrangeiras. Contato: (41)98482-4776, e-mail: [lannes@ufpr.br](mailto:lannes@ufpr.br)



 **Erenê Oton França de Lacerda Filho**

Professor à distância na Faculdade UNINA, advogado, conciliador no sistema de Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Paraná. Graduado em Direito (2012) na Faculdade de Direito de Curitiba (Unicuritiba), graduado no Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública (2019) na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre (2023) em Desenvolvimento Territorial Sustentável na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Contato: (41)99171-2217, e-mail: [francadelacerda@gmail.com](mailto:francadelacerda@gmail.com)



**ID Danielle Virgolino do Couto**

Advogada, Graduada em Direito (2007). Especialista em Tutela de Interesses Difusos e Coletivos (Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo). Mestranda em Políticas Públicas na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora vinculada ao grupo de estudos em gênero e políticas públicas e do Observatório dos Conselhos Municipais do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Conselheira Presidente do Conselho dos Direitos das Mulheres de Matinhos - PR. Advogada. Vice-Presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB - Subseção de Paranaguá - PR. Fundadora da ONG Rede Sorella. Atua na área de políticas públicas e sociais, gestão democrática,

metodologias participativas e planejamento urbano e regional. Contato (41)99746-5113, e-mail: [daniellecoutoadv@hotmail.com](mailto:daniellecoutoadv@hotmail.com)



**ID Amanda Borlita Vieira Martins**

Graduada em Direito (2023) na Universidade Federal do Paraná. Pós-graduanda em Direito Penal e Criminologia, no Introcrim. Bolsista do Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal. Atualmente é assessora de pós-graduação, no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Contato: (41)99970-1507, e-mail: [amandaborlita@hotmail.com](mailto:amandaborlita@hotmail.com)



**ID Isabelle Pinheiro Jackiu**

Advogada. Graduada em Direito (2023) na Universidade Federal do Paraná. Bolsista do Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal. Pós-graduanda em Direito Penal e Direito Processual Penal pela Escola Paranaense de Direito. Contato: (41)99681-1088, e-mail: [bellejackiu@gmail.com](mailto:bellejackiu@gmail.com)



**ID Amanda da Silva Brito**

Assistente Social, graduada em Serviço Social (2024) na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Secretária da Rede de Apoio a Vítima de Violência Doméstica e Familiar do Litoral do Paraná (Rede Sorella) (2022 a 2024). Conselheira do Conselho dos Direitos da Mulher de Matinhos (COMDIM) (2023 a 2024). Assistente Social residente em Saúde Mental pela Fundação Estatal de Atenção à Saúde de Curitiba (FEAS) (2024 a 2026). 2 artigos publicados. Foi bolsista do Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal. Contato: (41)99623-2746, e-mail: amanditabrito4@gmail.com



**ID Beatriz Ferreira de Abreu**

Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi bolsista no Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal (2022), estagiou (2023) no Complexo Hospital de Clínicas da UFPR (CHC-UFPR). Contato: 41 98515-6448, e-mail: beatrizabreu306@gmail.com



**ID Larissa Silva**

Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi bolsista no Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal(2022), estagiou (2022) no Conselho da Comunidade Contato: (41)984660419, e-mail: larissasilva1@ufpr.br



**ID Larissa Rocha de Carvalho**

Estudante, graduanda em Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foi pesquisadora voluntária de Iniciação Científica no PIBIC 2020/2021. Foi membra voluntária e, posteriormente, bolsista no Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal. É pesquisadora voluntária de Iniciação Científica no PIBIC 2023/2024. Contato: (41) 995597443, e-mail: [larissa.rocha@ufpr.br](mailto:larissa.rocha@ufpr.br)

A tríade ensino, pesquisa e extensão tão almejada nas Universidades tem sido um desafio constante no Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal, coordenado pela Profa. Dra. Adriana Lucinda de Oliveira e Prof. Dr. José Lannes de Melo da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral. O Programa de Extensão compreende um processo de assessoria ao Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos que consiste no acompanhamento social das pessoas atendidas por esse órgão da execução penal, monitoramento dos processos jurídicos, captação de recursos, desenvolvimento de ações de divulgação, debate e popularização do direito ao acesso à justiça de forma ampliada.



**Pantanal Editora**

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000  
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil  
Telefone (66) 9608-6133 (Whatsapp)  
<https://www.editorapantanal.com.br>  
[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)